



# SECRETARIA ESPECIAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES

Incentivo à Autonomia Econômica das Mulheres no  
Mundo do Trabalho

Prevenção e Combate à Violência contra as Mulheres



## SUMÁRIO EXECUTIVO

Em 2007, do total previsto para a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM), foram utilizados **R\$ 33.558.856,00** para a execução dos programas e das ações sob sua responsabilidade, de acordo com o quadro a seguir:

Recursos orçamentários autorizados (LOA + Créditos):	R\$ 48.799.938,00	Realizado orçamentário:	R\$ 33.558.856,00
Recursos não-orçamentários previstos:	-	Realizado não-orçamentário:	-
<b>Total previsto:</b>	<b>R\$ 48.799.938,00</b>	<b>Total realizado:</b>	<b>R\$ 33.558.856,00</b>

Além disso, do total de **R\$ 1.595.084,00** inscritos em restos a pagar, relativo ao exercício de 2006, foram executados **R\$ 1.091.535,00**.

Na execução orçamentária dos programas sob responsabilidade da SPM, no período do PPA 2004-2007, verificou-se a seguinte distribuição dos percentuais na participação dos valores realizados anualmente:

Tipo	Programa (Código/Denominação)	2004	2005	2006	2007	PPA 2004-2007
Finalístico	1087 Incentivo à Autonomia Econômica das Mulheres no Mundo do Trabalho	16,5%	17,4%	23,5%	12,8%	16,7%
	0156 Prevenção e Combate à Violência contra as Mulheres	51,8%	60,4%	55,8%	60,8%	58,1%
<b>Finalístico Soma</b>		<b>68,3%</b>	<b>77,8%</b>	<b>79,3%</b>	<b>73,6%</b>	<b>74,8%</b>
Gestão de Políticas Públicas	1068 Gestão da Transversalidade de Gênero nas Políticas Públicas	31,7%	22,2%	20,7%	26,4%	25,2%
<b>Total</b>		<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>

### AVALIAÇÃO SETORIAL

A SPM alcançou excelentes resultados ao longo do ano de 2007, o que reflete a ampliação da importância a ela conferida no âmbito do Governo Federal e a sua capacidade tanto de desenvolver diretamente uma série de atividades que se tornam pilotos a serem replicados em larga escala pelos demais órgãos, quanto de articular com outros Ministérios/Secretarias a incorporação da temática de gênero em seus programas e ações.

Duas ações merecem destaque pelo seu impacto direto na vida das mulheres brasileiras. A primeira delas refere-se à realização da II Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres (CNPM) e o conseqüente lançamento do II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (PNPM), que foi elaborado ao longo do segundo semestre de 2007 e lançado em março de 2008. Nesta construção coletiva, diversas novas áreas foram incorporadas ao Plano, ampliando o escopo das políticas públicas desenvolvidas com o enfoque de gênero, com ênfase a incorporação de novos eixos relacionados às questões do desenvolvimento sustentável, do acesso à terra e à moradia, da comunicação/mídia/cultura não-discriminatórias, da participação das mulheres nos espaços de poder e decisão, do enfrentamento do racismo, do sexismo e da lesbofobia e do enfrentamento das

desigualdades geracionais. Assim, a partir de 2008, a atuação da SPM se expande ainda mais e torna-se cada vez mais enraizada e consolidada no âmbito do Governo Federal.

A segunda ação foi o lançamento do Pacto Nacional pelo Enfrentamento da Violência contra as Mulheres, que se deu na abertura da II CNPM. O Pacto representa um novo patamar de intervenção na área da violência, sendo desenvolvido a partir de uma metodologia que é fundamentada na integração das diversas áreas setoriais e no reconhecimento do caráter multidimensional do fenômeno.

De modo geral, os principais resultados alcançados pela SPM, em 2007, foram:

- a) construção e lançamento do Pacto Nacional pelo Enfrentamento da Violência contra as Mulheres que reúne ações a serem executadas por diversos órgãos da administração pública nos próximos quatro anos, com o objetivo de prevenir e enfrentar todas as formas de violência contra as mulheres;
- b) fortalecimento e ampliação da rede de atendimento à mulher por meio do apoio a projetos de construção, reforma e/ou reaparelhamento de 45 centros de referência, 18 casas abrigo e duas Defensorias Públicas Especializadas da Mulher e da capacitação de, aproximadamente, 7.400 profissionais de instituições públicas que lidam com a questão da violência nas áreas de segurança pública, saúde, assistência psicossocial e jurídica. Ademais, a SPM articulou junto ao Ministério da Justiça (MJ) e aos governos estaduais a criação, reforma e/ou reaparelhamento de Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (Deams) e do Instituto Médico Legal;
- c) ampliação dos atendimentos realizados pela Central de Atendimento à Mulher - Ligue 180. Em 2007, foram realizados, aproximadamente, 200.000 atendimentos, entre orientações, encaminhamentos aos serviços da rede de atendimento à mulher, registros de denúncias/relatos de violência, reclamações, sugestões e elogios, correspondendo a um aumento na ordem de 300% em relação aos atendimentos efetuados em 2006;
- d) implantação, em maio de 2007, do Observatório da Lei Maria da Penha<sup>1</sup>, com o objetivo de monitorar a aplicação da Lei junto ao Judiciário, ao Executivo e à Rede de Atendimento à Mulher, além de buscar suprir a lacuna existente no País quanto à ausência de dados e de estatísticas sistemáticas sobre a violência contra as mulheres;
- e) consolidação do Projeto Trabalho e Empreendedorismo da Mulher, cujo piloto foi desenvolvido no Rio de Janeiro. O projeto envolve ações de mobilização, capacitação, sensibilização e assistência técnica junto às mulheres dotadas de capacidade empreendedora e àquelas pobres e extremamente pobres, em situação

---

<sup>1</sup> Lei nº 11.340, de 07 de agosto de 2006, que cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal e dá outras providências.

de risco social e vulnerabilidade, para possibilitar a criação e a sustentação dos negócios. Com a avaliação positiva dessa primeira experiência, está prevista a sua replicação para quatro outros Estados em 2008;

- f) fortalecimento da parceria com o Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA) para a ampliação do acesso ao crédito e à documentação das mulheres rurais, por meio do Programa Nacional de Agricultura Familiar (Pronaf Mulher) com a contabilização de 10.854 contratos, representando um volume de repasses na ordem R\$ 63 milhões na última safra 2006/2007. E, pelo Programa Nacional de Documentação, em 2007, 500 mil mulheres foram beneficiadas com o acesso à documentação;
- g) realização da II CNPM, com o objetivo de avaliar o I PNPM, implementado entre os anos de 2004 e 2007, produzindo subsídios para a construção de um II PNPM, lançado em março de 2008 e com amplitude maior que o primeiro plano, onde participaram deste processo mais de 2.500 delegadas, representantes dos poderes executivos das três esferas da Federação e dos mais diferentes segmentos e grupos da sociedade civil organizada. Nas etapas preparatórias ao encontro nacional, foram mobilizadas mais de 195 mil mulheres em todo o País, que participaram de conferências municipais/regionais – ocorridas em mais de 1.700 Municípios – e estaduais – realizadas nas 27 unidades da Federação. Além da avaliação e da revisão do I PNPM, as delegadas discutiram também a questão da participação das mulheres nos espaços de poder;
- h) apoio à criação e ao fortalecimento de 62 organismos de políticas e de defesa dos direitos das mulheres em diversos Estados e Municípios (coordenadorias/secretarias/superintendências/conselhos).

A SPM tem como missão central promover a transversalização da perspectiva de gênero no conjunto de políticas desenvolvidas pelo Governo Federal. Para além deste objetivo, a Secretaria procura trabalhar também no que tem se chamado de transversalização vertical, ou seja, estimulando Estados e Municípios a incorporarem em seus programas e ações as dimensões de gênero e de raça/etnia. Nesse sentido, tem trabalhado para estimular a criação de organismos de políticas para mulheres no nível local e para que o PNPM seja concretizado na ponta.

Hoje existem no País 17 órgãos executivos estaduais e 162 municipais que se reúnem periodicamente no Fórum de Mecanismos Governamentais de Políticas para as Mulheres para discutir estratégias de implementação de políticas na área e, em 2007, a SPM realizou três reuniões do Fórum. Ademais, o I PNPM foi pactuado junto a 292 Municípios e 20 Estados entre o período de 2004 e 2007, quando foi encerrado. E, de forma a ampliar a transparência e o controle social, como princípios da atuação da SPM, concretizou-se uma situação existente hoje com 23 conselhos estaduais e 183 conselhos municipais.

### OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

Um dos grandes desafios enfrentados pela Secretaria para viabilizar o desempenho de suas atividades refere-se à incompatibilidade entre a sua atual estrutura organizacional e a sua estrutura programática. Se, por um lado, a SPM expande sua atuação e consolida o cumprimento da missão para a qual foi criada, por outro, depara-se com uma situação de escassez de recursos materiais, tecnológicos e humanos que acaba por impedir o desenvolvimento ou a ampliação de algumas atividades para as quais a SPM conta com conhecimento e competência, mas não com os insumos suficientes.

Quanto aos recursos humanos, a restrição é grande. A equipe gerencial assume múltiplas funções, pois além de formular a proposição política das ações e de realizar o gerenciamento da execução, desempenha também o papel de articulação com os demais órgãos de governo e organismos internacionais. A equipe técnica é muito reduzida em relação ao volume de trabalho demandado pela análise de projetos e pela celebração de convênios, somadas às atividades diretamente desenvolvidas em diversas áreas. Situação agravada pelo lançamento do Pacto Nacional - que exige uma rotina de interação e visitas aos Estados, que não condiz com o número de pessoas disponíveis para tanto - e do II PNPM, que ampliou o escopo de atuação da Secretaria. Além de a quantidade ser inadequada para o trabalho demandado, falta apoio técnico e administrativo para implementação das ações previstas. Inexiste quadro próprio da SPM, o que traz sérios problemas de continuidade das políticas. O fato de a SPM funcionar em dois espaços diferentes dificulta a integração das equipes e prejudica o desempenho das atividades.

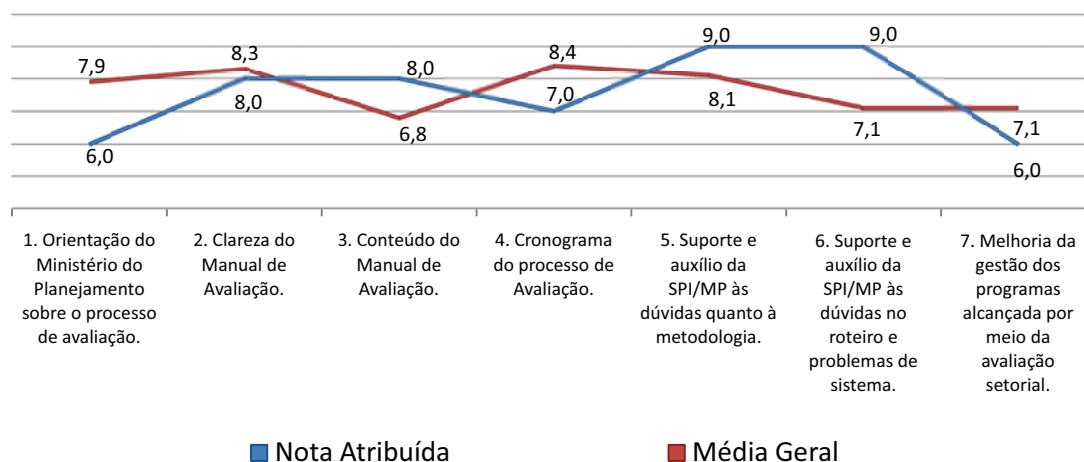
Outro grande desafio diz respeito à incompatibilidade entre os recursos (de todos os tipos) colocados à disposição da SPM e a necessidade de se conferir escala às atividades desenvolvidas. Entre os anos de 2003 e 2007, houve uma pulverização de recursos em algumas áreas, em função da estratégia até então adotada de se apoiar projetos pontuais que chegavam à Secretaria com a abertura dos editais. Ainda que tais projetos fossem de grande relevância para as/os beneficiárias/os, não se revestiam de escala de política pública. Neste sentido, a partir de 2008, a SPM alterou sua lógica de funcionamento e gestão, passando a priorizar o apoio a grandes projetos, mais bem estruturados e com potencialidade de gerar maior impacto nas mais diferentes áreas de ação. O Pacto Nacional se desenvolve exatamente sob esta lógica, priorizando o apoio ao planejamento estadual, que agrega as demandas dos diversos Municípios, no lugar de apoio a diversos projetos municipais, que não dialogam entre si e, por vezes, se sobrepõem, gerando ineficiência na aplicação dos recursos.

Quanto à execução dos recursos financeiros, cabe destacar as dificuldades enfrentadas para as transferências voluntárias de verbas da SPM para Estados e Municípios motivada pela necessidade de que estejam adimplentes junto ao Governo Federal, o que tem se revelado como a grande dificuldade para a concretização das políticas da Secretaria em âmbito local. Além deste fato, o contingenciamento e a descontinuidade do fluxo dos recursos financeiros com a concentração da liberação no final do exercício trazem sérios comprometimentos para o planejamento e o desenvolvimento das ações.

Finalmente, a SPM tem como desafio manter o amplo nível de diálogo social estabelecido com a sociedade civil. De fato, todo o processo de elaboração e execução das políticas para as mulheres, coordenado pela SEPM, é realizado em de forma democrática e em estreita conversação com parceiros não-governamentais. Entre os mecanismos construídos para possibilitar esta participação, pode-se mencionar a criação da Ouvidoria e a Central de Atendimento à Mulher; a realização periódica de reuniões de trabalho com entidades não-governamentais e de audiências públicas; existência do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM); realização, em 2004 e 2007, das conferências municipais, estaduais e nacionais de políticas para as mulheres, que se configuram como espaços de intensa participação social. Na primeira Conferência, a sociedade civil participou ativamente da definição das diretrizes do I PNPM, enquanto na II Conferência participou da avaliação do I Plano e da definição de diretrizes para o II PNPM. As contribuições desta participação social foram fundamentais para o desenvolvimento das ações da SPM, na medida que as políticas para as mulheres estão sendo construídas com base nos resultados das conferências nacionais de políticas para as mulheres. O processo de realização da I e da II CNPMs envolveu diretamente mais de 300 mil mulheres, de todas as Unidades da Federação. Por outro lado, as parcerias realizadas para o desenvolvimento de projetos específicos aprofundam a relação da SPM com o movimento social de mulheres.

#### AValiação DO PROCESSO

O processo de avaliação do PPA 2004-2007, no ano de 2007, foi realizado pela SPM mediante atribuição de notas, no intervalo de zero a 10, ao conjunto de itens que visam auxiliar a Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos (SPI) no desenvolvimento de melhorias para as próximas avaliações. O gráfico a seguir apresenta, de forma comparativa, as notas atribuídas pela SPM, por item, e a média geral das notas de todos os órgãos responsáveis por programas do PPA 2004-2007:



## INCENTIVO À AUTONOMIA ECONÔMICA DAS MULHERES NO MUNDO DO TRABALHO

### GERENTE DO PROGRAMA

Sônia Malheiros Miguel

### OBJETIVO

Apoiar iniciativas de empoderamento e capacitação de mulheres com vistas a promover a igualdade de oportunidades no mundo do trabalho.

### PÚBLICO-ALVO

Mulheres com idade a partir de 16 anos, inseridas na população economicamente ativa

### EXECUÇÃO DO PROGRAMA

<b>Autorizado (LOA + Créditos):</b> R\$ 11.728.000,00	Empenho Liquidado:	R\$ 3.683.314,00
	Pago Estatais:	-
	<b>Total:</b>	<b>R\$ 3.683.314,00</b>
<b>Previsto não-orçamentário</b>	<b>Realizado não-orçamentário</b>	
-	-	

### INDICADOR

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Participação das Mulheres no Total de Microcrédito Concedido pelas Instituições Parceiras - Porcentagem	-	-	-	-	-	-

#### 1. PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES NO TOTAL DE MICROCRÉDITO CONCEDIDO PELAS INSTITUIÇÕES PARCEIRAS

Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto

- *Análise e Justificativa:*

Índice não apurado pela Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM), pois depende que as instituições financeiras parceiras colem e divulguem suas informações desagregadas por gênero. Contudo, para as mulheres rurais este índice foi apurado em 2007, pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), o que possibilita a SPM articular-se com as instituições financeiras para que promovam o acesso das mulheres ao microcrédito, destinando ofertas específicas para elas e qualificando suas equipes técnicas quanto à importância dessa política.



## CONTEXTUALIZAÇÃO

As mulheres no Brasil são vítimas de graves discriminações, tanto em termos de acesso a serviços públicos quanto de acesso ao crédito, à terra, à documentação, à formação profissional e à habitação. As desigualdades salariais entre homens e mulheres são marcantes, independentemente de classe social no mundo do trabalho. Nas profissões de nível superior, 52,8% dos homens recebem mais de dez salários mínimos e apenas 30,1% de mulheres atingem esse patamar salarial, conforme dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS 2002). As mulheres que trabalham estudaram mais tempo, em média, 7,3 anos contra 6,3 anos dos homens, segundo estudo recente divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A desigualdade salarial é ainda maior se focarmos o universo das mulheres negras, que chegam a receber até 60% a menos que os homens brancos. Entre as trabalhadoras domésticas, 56% são negras. As mulheres, hoje, ainda, são vítimas do desprestígio social e político no trabalho, pois, apesar de já representarem em torno de 40% da população empregada, aproximadamente 44% vivem na informalidade. Na agricultura, as mulheres representam 33% da força de trabalho, no entanto, encontram-se majoritariamente na condição de não-assalariadas e/ou não-remuneradas, por se inserirem na economia de subsistência.

## PRINCIPAIS RESULTADOS

- Reafirmação das políticas definidas para o incentivo à autonomia econômica no mundo do trabalho quando da avaliação da implementação do I Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (PNPM), durante a II Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, e seu aperfeiçoamento com a incorporação de novas prioridades e ações no II PNPM, que será implementado no período 2008-2011.
- Consolidação e ampliação do Projeto Pró-Eqüidade de Gênero. Na sua segunda edição, lançada em 2007, o projeto foi aberto para a participação também de empresas privadas. Atualmente, conta com a participação de 28 empresas, entre públicas e privadas, a exemplo do Banco do Brasil (BB), Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro), Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan), Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobras) e centrais elétricas.
- Consolidação do Projeto Trabalho e Empreendedorismo da Mulher, cujo piloto foi desenvolvido no Rio de Janeiro com ações de mobilização, capacitação, sensibilização e assistência técnica junto às mulheres para possibilitar a criação e a sustentação dos negócios. Considerando a avaliação positiva dessa primeira experiência, está prevista a sua replicação para quatro outros Estados em 2008.
- Ampliação do apoio a organismos governamentais e não-governamentais para o desenvolvimento de projetos de incentivo à autonomia econômica das mulheres, ampliando as experiências do governo nas áreas de geração de emprego, trabalho e renda. Em 2007,

foram apoiados pela SPM 14 projetos, oriundos de todas as regiões do País, envolvendo diretamente cerca de 20 mil mulheres. Nesse processo também foram capacitados cerca de mil gestoras(es) públicos.

- Fortalecimento da parceria com o MDA para a ampliação do acesso ao crédito e à documentação das mulheres rurais, por intermédio do Programa Nacional de Agricultura Familiar (Pronaf Mulher) e Programa Nacional de Documentação. Na última safra 2006-2007, foram contabilizados 10.854 contratos, representando um volume de repasses de quase R\$ 63 milhões e, em 2007, 500 mil mulheres foram beneficiadas com o acesso à documentação.

- Apoio à produção de conhecimento sobre a autonomia econômica das mulheres no mundo do trabalho, por meio de estudos e pesquisas, realizações de seminários nacionais e internacionais. A SPM também deu continuidade e aprofundou as parcerias com outros Ministérios envolvidos nessa temática, a exemplo do MDA, Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), Secretaria Especial de Promoção de Políticas de Igualdade Racial (SEPPIR), e ampliou as parcerias com as agências do Sistema da Organização das Nações Unidas (ONU), a exemplo da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher (Unifem).

### DESEMPENHO DO PROGRAMA

#### *Principais restrições e providências adotadas*

O Programa teve uma implementação coerente com o planejamento, uma vez que não atua apenas no apoio a projetos, mas também na articulação com outros Ministérios para implementação de políticas públicas para as mulheres.

Considerando-se o montante efetivamente liberado para o Programa, é possível perceber que foram executados 95% dos recursos disponibilizados. No entanto, ao se comparar com os recursos previstos na Lei do Orçamento Anual (LOA 2007), este valor cai para cerca de 33%. Contribuíram para este quadro:

- a) o contingenciamento de recursos, que ocasionou uma redução de cerca de 30% do orçamento total da SPM para 2007, que é agravado com a descontinuidade do fluxo dos recursos financeiros e a concentração da liberação no final do exercício, comprometendo o planejamento e o desenvolvimento das ações;
- b) a priorização das atividades relacionadas à violência, não apenas em função do lançamento do Pacto Nacional pelo Enfrentamento da Violência contra as Mulheres, mas também pelo entendimento de que a forma como este Programa vinha funcionando não era a mais adequada. Este fato ocasionou uma alteração da estratégia de apoio a projetos para a priorização da indução de projetos com maior escala e abrangência que, a partir das experiências pilotos implementadas em 2007, serão replicadas nos próximos anos. Nesse sentido, há a migração de uma atuação pautada pela lógica do atendimento a muitos projetos com pouco impacto, para o apoio/desenvolvimento de poucos projetos, porém de maior impacto.

Outra dificuldade é a discrepância existente entre os recursos materiais, tecnológicos e infra-estrutura à disposição da equipe gerencial e o volume de trabalho necessário para cumprir a missão da SPM. Agravada com a separação da SPM, que funciona em espaços físicos diferentes, dificultando a integração das equipes.

Além disso, a equipe gerencial assume múltiplas funções, pois além de formular a proposição política das ações e de realizar o gerenciamento da execução, desempenha também o papel de articulação com os demais órgãos de governo e organismos internacionais. A equipe técnica é muito reduzida em relação ao volume de trabalho demandado pela análise de projetos e pela celebração de convênios, somado às atividades diretamente desenvolvidas em diversas áreas, e agravado pelo lançamento do Pacto Nacional que exige uma rotina de interação e visitas aos Estados, não condizente com o número de pessoas disponíveis para tanto. Além da quantidade inadequada de profissionais para o trabalho demandado, falta apoio técnico e administrativo para implementação das ações previstas. Inexiste quadro próprio da SPM, o que traz sérios problemas de continuidade das políticas.

Há, ainda, dificuldades de celebração de convênios na gerência por falta de uma capacitação contínua da equipe, além do problema gerado pela alta rotatividade. Ademais, as instituições proponentes encaminham projetos muito frágeis e fora dos padrões solicitados, o que demanda um contato intenso entre SPM e proponentes para readequação dos projetos. Também esbarra-se em outro problema, que é a inadimplência dos entes. Considerando-se que a transferência de verbas da SPM para os Estados não se dá fundo a fundo, é necessário que os governos estaduais estejam adimplentes junto ao Governo Federal para que recebam tais recursos, o que tem se revelado um grande dificultador para a concretização das políticas da Secretaria no âmbito estadual e municipal. Por fim, falta agilidade nos processos de licitação e celebração de contratos.

#### **OUTROS ASPECTOS RELEVANTES**

O Programa conta com diversos mecanismos de monitoramento, quais sejam: reuniões de trabalho regulares, visitas *in loco*, sistema de acompanhamento do PNPM, Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPlan), relatórios de gestão, relatórios de cumprimento dos compromissos internacionais, como Convenção para Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres (Cedaw/ONU), Comissão Interamericana de Mulheres, vinculada à Organização dos Estados Americanos (CIM/OEA), estudos e pesquisas, entre outros.

Além disso, todo o processo de elaboração das políticas para as mulheres, coordenado pela SPM, é realizado de forma democrática e em estreito diálogo com parceiros não-governamentais. Da mesma forma, é executado, com parcerias governamentais e não-governamentais. Além disso, muitas ações contam, ainda, com o apoio de organismos internacionais, em especial do Unifem e da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

O Programa conta, ainda, com mecanismos que promovem a participação social, como Ouvidoria, reuniões com grupos de interesse, discussões no Conselho Nacional dos Direitos da

Mulher (CNDM), Comitê de Monitoramento do Plano Nacional de Política para as Mulheres, realização de Conferências Nacionais de Política para as Mulheres (CNPM), entre outros.

As contribuições da participação social foram fundamentais, na medida em que as políticas para as mulheres estão sendo construídas com base nos resultados das conferências nacionais de políticas para as mulheres. O processo de realização da I e da II CNPMs envolveu diretamente mais de 300 mil mulheres, de todas as unidades da Federação. Por outro lado, as parcerias realizadas para o desenvolvimento de projetos específicos aprofundam a relação da SPM com o movimento social de mulheres, a exemplo do Projeto Trabalho e Empreendedorismo da Mulher, que envolve organizações não-governamentais, como Instituto Brasileiro de Administração Municipal (IBAM) e *Business and Professional Women* (BPW).

A satisfação dos beneficiários é avaliada durante a realização das conferências municipais, estaduais e nacionais, que abrangem todas as políticas para as mulheres implementadas pelo Governo.

O Programa apresenta boas práticas de gestão que podem ser replicadas na Administração Pública Federal, como a metodologia de avaliação da gestão de instituições públicas no âmbito do Projeto Pró-Eqüidade de Gênero para a promoção da igualdade entre homens e mulheres.

Este Programa deixou de existir no PPA 2008-2011, pois foi considerado estreito para as ações e as políticas desenvolvidas pela SPM. No entanto, suas principais ações, como o Pró-Eqüidade de Gênero, foram reformuladas e migradas para o novo Programa Cidadania e Efetivação de Direitos das Mulheres.

## PREVENÇÃO E COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES

### GERENTE DO PROGRAMA

Aparecida Gonçalves

### OBJETIVO

Atuar na prevenção e no combate das diferentes formas de violência contra as mulheres e apoiar o atendimento àquelas em situação de violência ou risco.

### PÚBLICO-ALVO

Mulheres efetivamente ou potencialmente sujeitas a situações de violência

### EXECUÇÃO DO PROGRAMA

<b>Autorizado (LOA + Créditos):</b> R\$ 23.545.281,00	Empenho Liquidado:	R\$ 17.702.228,00
	Pago Estatais:	-
	<b>Total:</b>	<b>R\$ 17.702.228,00</b>
<b>Previsto não-orçamentário</b>	<b>Realizado não-orçamentário</b>	
-	-	

### INDICADORES

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	Porcentagem DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Evolução do Número de Delegacias Especializadas no Atendimento às Mulheres - Porcentagem	-	-	-	10.00	-	-
2. Média Anual de Ocorrências de Delito Registradas por Delegacias Especializadas no Atendimento às Mulheres - Ocorrência de delito/Deam	-	-	-	1695.00	1500.00	113%

#### 1. EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE DELEGACIAS ESPECIALIZADAS NO ATENDIMENTO ÀS MULHERES (DEAM)

Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto

- *Análise e Justificativa:*

Não havia sido feita previsão de qual seria o índice a ser alcançado por este indicador ao final de 2007. No entanto, cabe destacar que, entre 2005 e 2006, a evolução do número de Deams foi de 10%, o que aponta para um excelente desempenho do indicador, superior ao que seria esperado para um ano. Como mencionado anteriormente, cabe destacar que a criação de Deams é responsabilidade da Segurança Pública dos Estados, com o apoio da Secretaria Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça (Senasp/MJ), cabendo à Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM) a elaboração de diretrizes como a norma técnica de funcionamento, o acompanhamento, o monitoramento e a capacitação dos profissionais.

### 2. MÉDIA ANUAL DE OCORRÊNCIAS DE DELITO REGISTRADAS POR DELEGACIAS ESPECIALIZADAS NO ATENDIMENTO ÀS MULHERES

Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto

- *Análise e Justificativa:*

O índice apurado superou em 13% o índice previsto para o período, cabendo ressaltar um aumento significativo, também, na média de inquéritos instaurados pelas Deams. Em relação aos anos anteriores, este aumento de 68%, o que está relacionado à mudança de procedimentos da autoridade policial prevista na Lei 11.340/06 (Lei Maria da Penha).

### CONTEXTUALIZAÇÃO

A situação de violência contra as mulheres é das mais graves: 43% das mulheres pesquisadas em 2001, pela Fundação Perseu Abramo, em todo o Território Nacional, declararam ter sofrido alguma forma de violência. A cada 15 segundos, um ato de violência contra a mulher é praticado. Essa violência se dá sob diferentes formas: violência doméstica, violência sexual, tráfico de seres humanos e violências simbólicas. As meninas e as jovens, em nosso País, constituem uma população especialmente vulnerável, tanto como vítimas de exploração e abuso sexual, quanto pelo alto índice de gravidez na adolescência.

### PRINCIPAIS RESULTADOS

- Construção e lançamento do Pacto Nacional pelo Enfrentamento da Violência contra as Mulheres que reúne ações a serem executadas por diversos órgãos da administração pública nos próximos quatro anos, com o objetivo de prevenir e enfrentar todas as formas de violência contra as mulheres.
- Fortalecimento e ampliação da rede de atendimento à mulher por meio do apoio a projetos de construção, reforma e/ou reaparelhamento de 45 Centros de Referência, 18 Casas Abrigo e duas Defensorias Públicas Especializadas da Mulher. A SPM articulou junto ao Ministério da Justiça (MJ) e aos governos estaduais a criação, reforma e/ou reaparelhamento de Deams e do Instituto Médico Legal.
- Capacitação de, aproximadamente, 7.400 profissionais de instituições públicas que lidam com a questão da violência nas áreas de segurança pública, saúde, assistência psicossocial e jurídica, por meio de parcerias com 19 entidades públicas e privadas conveniadas. Em parceria com a Senasp, foram capacitados cerca de 1.500 profissionais da área de segurança pública.
- Ampliação dos atendimentos realizados pela Central de Atendimento à Mulher - Ligue 180. Em 2007, foram realizados, aproximadamente, 200.000 atendimentos, entre orientações, encaminhamentos aos serviços da rede de atendimento à mulher, registros de denúncias/relatos de violência, reclamações, sugestões e elogios, o que corresponde a um aumento de quase 300% em relação aos atendimentos efetuados em 2006.

- Implantação, em maio de 2007, do Observatório da Lei Maria da Penha, com o objetivo de monitorar a aplicação da Lei junto ao Judiciário, Executivo e à Rede de Atendimento à Mulher, além de buscar suprir a lacuna existente no País quanto à ausência de dados e estatísticas sistemáticas sobre a violência contra as mulheres.

- Apoio a diferentes projetos educativos e culturais de prevenção à violência contra as mulheres, que têm o objetivo de promover mudanças de comportamento na sociedade e de fortalecer as mulheres em situação de violência. São apoiados projetos que trabalham com diversas metodologias, tais como teatro, dança, formação de promotoras legais populares e a realização de campanhas, dentre as quais se destaca a Campanha 16 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra as Mulheres, que passou, em 2007, a contar com a SPM como promotora dos eventos, em parceria com a organização feminista não-governamental Agende.

- Elaboração de Relatório Preliminar com diagnóstico sobre o sistema prisional feminino e a proposição de medidas para a melhoria das condições das mulheres presas, a partir da criação, em 2007, de um Grupo de Trabalho Interministerial para este fim.

- Instituição do Fórum Nacional de Elaboração de Políticas de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres do Campo e da Floresta, com a finalidade de formular e debater propostas de políticas públicas relacionadas à problemática e à realidade dessas mulheres.

- Lançamento do Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, construído a partir de um Grupo de Trabalho Interministerial, sob a coordenação da SPM, da Senasp/MJ e Secretaria de Direitos Humanos. O Plano traz um conjunto de ações para prevenção ao crime, repressão aos autores e tratamento adequado às vítimas.

## **DESEMPENHO DO PROGRAMA**

### *Principais restrições e providências adotadas*

Este Programa tem alcançado excelentes resultados, principalmente no que diz respeito ao fortalecimento e à ampliação dos serviços especializados, constituindo o único espaço institucional, no âmbito do Governo Federal, voltado exclusivamente à prevenção e ao enfrentamento da violência contra as mulheres. Além dos resultados previstos para o Programa, foi lançado o Pacto Nacional pelo Enfrentamento da Violência contra as Mulheres que garante, de forma inédita, a execução articulada de ações por diversos Ministérios e uma ampla visibilidade ao tema. Outro importante resultado do Programa refere-se à efetivação e consolidação da Lei Maria da Penha no País e seu monitoramento pelo Observatório.

Apesar dos ótimos resultados do Programa, o contingenciamento de parte dos recursos orçamentários para a SPM em 2007 fez com que este só tivesse à sua disposição, ao longo do ano, 77% do montante autorizado. Os recursos liberados para movimentação e empenho foram insuficientes, frente à elevada demanda de projetos, em especial com o lançamento do Pacto Nacional, e a necessidade de ampliação da ainda restrita rede de atendimento às mulheres.

Para além do contingenciamento, a descontinuidade do fluxo dos recursos e a concentração da liberação no final do exercício trazem sérios prejuízos para o planejamento e desenvolvimento das ações.

Outra dificuldade é a discrepância existente entre os recursos materiais, tecnológicos e infra-estrutura à disposição da equipe gerencial e o volume de trabalho necessário para dar conta da missão da SPM. Questão esta agravada com a separação da SPM, que funciona em espaços físicos diferentes, dificultando a integração das equipes.

A equipe gerencial assume múltiplas funções, pois, além de formular a proposição política das ações e de realizar o gerenciamento da execução, desempenha também o papel de articulação com os demais órgãos de governo e organismos internacionais. A equipe técnica é muito reduzida em relação ao volume de trabalho demandado pela análise de projetos e pela celebração de convênios, somados às atividades diretamente desenvolvidas em diversas áreas. Situação agravada pelo lançamento do Pacto Nacional que exige uma rotina de interação e visitas aos Estados, não condizente com o número de pessoas disponíveis para tanto. Além de a quantidade ser inadequada para o trabalho demandado, falta apoio técnico e administrativo para implementação das ações previstas. Inexiste quadro próprio da SPM, o que traz sérios problemas de continuidade das políticas.

Há, ainda, dificuldades de celebração de convênios na gerência por falta de uma capacitação contínua da equipe, além do problema gerado por sua alta rotatividade. Ademais, as instituições proponentes encaminham projetos muito frágeis e fora dos padrões solicitados, que demandam contato intenso entre SPM e proponentes para readequação destes. A inadimplência dos entes é outro problema. Considerando-se que a transferência de verbas da SPM para os Estados não se dá fundo a fundo, é necessário que os governos estaduais estejam adimplentes junto ao Governo Federal para que recebam tais recursos, o que tem se revelado como grande dificuldade para a concretização das políticas da Secretaria no âmbito estadual e municipal. Por fim, falta agilidade nos processos de licitação e celebração de contratos.

### **OUTROS ASPECTOS RELEVANTES**

Existem, no âmbito da gerência, vários mecanismos de monitoramento sobre o desempenho físico das ações, tais como: reuniões de trabalho regulares, visitas *in loco*, Sistema de Acompanhamento do Plano Nacional de Política para as Mulheres, Sistema de Serviços para o acompanhamento do número de serviços especializados de atendimento às mulheres em situação de violência e de sua distribuição regional, SIGPlan, relatórios de gestão, relatórios de cumprimento dos compromissos internacionais, estudos e pesquisas (perfil organizacional das Deams), Observatório da Lei Maria da Penha e a Câmara Técnica de Monitoramento do Pacto.

Todo o processo de elaboração e implantação das políticas para as mulheres, coordenado pela SPM, é realizado de forma democrática e em estreito diálogo com parceiros não-governamentais.



O Programa possui, também, mecanismos que promovem a participação social. São eles: Ouvidoria, audiências públicas (especialmente para a discussão da Lei Maria da Penha), reuniões com grupos de interesse, Fórum Nacional de Políticas de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres do Campo e da Floresta, discussões no Conselho Nacional dos Direitos das Mulheres (CNDM), realização das Conferências Nacionais de Políticas para as Mulheres, Comitê de Articulação e Monitoramento do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres.

Ademais, as conferências municipais, estaduais e nacionais de políticas para as mulheres, realizadas em 2004 e 2007, foram espaços de intensa participação social. Assim, temos a destacar que as políticas para as mulheres neste Governo foram construídas tendo por base as resoluções das conferências nacionais de políticas para as mulheres que contavam com a maior parte das delegadas oriundas da sociedade civil.

O Programa avalia a satisfação de seus beneficiários por meio de pesquisa de satisfação via Central de Atendimento à Mulher - Ligue 180, junto a amostras de usuárias que respondem sobre o atendimento realizado. Apesar de não existir uma avaliação específica do Programa, é feita avaliação geral durante a realização das conferências municipais, estaduais e nacionais, que abrangem todas as políticas para as mulheres implementadas pelo Governo.

